

Liberdade em Leibniz: um caso de ser e não ser¹

André Chagas Ferreira de Souza

Orientador: Carlos Alberto Ribeiro de Moura

PIBIC/CNPq

O problema da liberdade humana, “na ótica leibniziana”, é algo que já foi (e é) tratado de várias maneiras já que ele continua sempre inesgotável. Ouvir que um sujeito possui *todos os seus atributos inscritos* – sejam *necessários*, sejam *contingentes* – e que mesmo assim ele continua livre nas suas decisões soa de um modo estranho para nós. Ora, se permanecêssemos estritamente na questão da necessidade e contingência, talvez não houvesse tanto o que falar já que provavelmente Leibniz teria menos problemas. No entanto, esse filósofo não se contenta com isso, pois ele acaba por freqüentar o território divino, região essa que surge a partir do momento em que é afirmada a possibilidade de conhecimento absoluto, i.é, *antes da experiência* de todos os acontecimentos do sujeito. Quando Leibniz afirma a existência de máxima inteligibilidade do mundo criado – e com isso podemos introduzir a pré-determinação – aquela questão aparece com a sua grande força, sendo isso que dará grande trabalho ao filósofo alemão. Mas acompanhemos tudo isso melhor.

¹ Este texto é uma versão que sofreu pequenas alterações em relação à apresentação original. Mas, ele ainda representa o primeiro passo acerca das questões que procuraremos entender na filosofia de Leibniz. Para as citações da *Correspondência*, nos valemos da tradução de Gustavo M. Ayrosa (1993).



tecem no mundo, pois todos eles estão ligados, de forma que essa inter-dependência caracteriza a resolução como infinita, já que um fato contingente é seguido de uma infinidade de outros fatos contingentes e assim por diante, quando se tenta uma suposta demonstração.²

Se permanecêssemos apenas nesse nível (lógico), o problema da liberdade, talvez, teria uma resolução, já que por um limite de conhecimento pela parte dos homens, não haveria tantos problemas. Eles teriam um conhecimento *a priori* apenas das verdades de razão e as verdades de fato seriam sustentadas numa *indeterminação*; somente após o evento é que estas verdades se revelariam. Mas Leibniz não se contenta com isso, porque até mesmo as verdades de fato podem ser alvos de um conhecimento *a priori*. Se isso não é possível para nós, é pelo menos para algum ser que tenha visão infinita do universo, a saber, o próprio sustentáculo do mundo: Deus.

O autor da *Teodicéia* não se satisfaz em apenas explicitar os tipos de atributos pertencentes ao sujeito, pois para ele: “*quem entender perfeitamente a noção do sujeito julgue também que o predicado lhe pertence*” No entanto, se os predicados necessários do sujeito são alvos fáceis para o conhecimento, o que ocorre no caso dos predicados contingentes? Como estes podem ser objetos de um conhecimento *a priori*? Leibniz entende que estas verdades que não são reduzíveis à identidade também possuem uma razão, a qual se encontra fora da série de contingência e que devemos estar sempre cientes de sua presença, ou seja, há aqui uma referência direta ao *ser divino*. Mesmo as verdades de fato apresentam uma *razão suficiente*, o que vem coroar a Razão total existente no mundo: “Nada é sem razão” Para Leibniz, o nosso

² A idéia de influência nesse caso deve ser bem entendida, pois se deve pensar mais na *harmonia* das substâncias, do que uma relação de causa; num sentido metafísico, não há causalidade de modelo físico, pois isto vale apenas no campo dos fenômenos. Utilizamos esse argumento, não dos mais precisos, para não sobrecarregarmos o nosso texto.

conhecimento pode se basear no princípio de não contradição, mas, por outro lado, podemos ter uma comunhão com aquela outra forma de razão (*suficiente*). Isto significa que esta é uma outra maneira pela qual podemos ter um leve acesso a este modo superior de conhecimento, como ele diz na *Monadologia*, nos artigos 31 e 32:

Os nossos raciocínios fundam-se sobre *dois grandes princípios*: o da *contradição*, pelo qual consideramos falso o que ele implica, e *verdadeiro* o que é oposto ao falso ou lhe é contraditório.

E o da Razão Suficiente, pelo qual entendemos não poder algum fato ser tomado como verdadeiro ou existente, nem algum enunciado ser considerado verídico, sem que haja uma razão suficiente para ser considerado verídico para ser assim e não de outro modo, embora freqüentemente tais razões não possam ser conhecidas por nós.³

Ainda com relação às verdades contingentes, já vimos que elas estão longe de um conhecimento *antes da experiência* por parte do homem, pois este tem oportunidade de ter esse grau de entendimento apenas nas verdades de razão. Deus, pelo contrário, tem o conhecimento *perfeito* de tudo que envolve o sujeito. As verdades contingentes englobam também as existências das coisas (ou pelo menos a possibilidade dessas), enquanto as verdades necessárias são as mesmas em qualquer tempo. Quando um predicado de fato passa a existir, o nosso conhecimento exigiria um trânsito por todas as verdades de fato que surgem junto a ele, pois há *acomodação* de um fato sobre outro (harmonia). A série da contingência é infinita, pois “em todas as proposições que entram a existência, o espaço e o tempo, entra, por isso mesmo, a série completa das coisas”⁴ Já o Ser Necessário não precisa percorrer todo esse caminho de contingência, devido essa idéia de *infinitude* do percurso na série contingente; portanto, o conhecimento divino se baseia em outra coisa, sem a utilização de nada extrínseco já que as próprias noções das criaturas

³ Leibniz, 1979.

⁴ *Verdades Necessarias*, p. 331.

revelam-lhe o conhecimento do mundo criado. Cada ser é um espelho do mundo. Leibniz, portanto, quer nos dizer que nem mesmo a apreensão de toda a série legítima o conhecimento *adequado* de todo o existente. Em outras palavras, não é por percorrermos toda a série que poderemos elaborar uma espécie de *demonstrabilidade*.

Vimos que os dois tipos de verdade estão na *posse* divina. Tanto as verdades *essenciais* (necessárias) quanto as verdades contingentes estão presentes na mente de Deus; o que as diferencia é que as primeiras dependem unicamente do entendimento, enquanto que as segundas, as verdades *possíveis* de existir, além de dependerem da razão divina, envolvem também a vontade do ser necessário. É por isso que o nosso autor afirma que, com relação aos possíveis, o “envolvimento do predicado no sujeito nasce, por um lado, do intelecto e por outro, da vontade divina” Agora poderemos entender, por meio desse jogo “razão e vontade”, a origem daquelas duas verdades que vimos inicialmente.

Quando Deus dá existência a alguma substância, todos os predicados dessa vêm à existência no “atacado” Não há mais aquele Deus que vem acompanhando o homem todo o tempo e decidindo o que deverá acontecer com este. Todo o mundo, e consecutivamente todas as substâncias que o compõe, vem à existência com a sua noção completa. Para usar uma expressão do Prof. Luiz Henrique, Deus encontra o mundo que vai criar (e os outros possíveis também) *prêt-à-porter*, isto porque o melhor dos mundos é representado nas suas mínimas partes. Deus, segundo o autor da *Monadologia*, é como

um príncipe sábio, que escolhe um General cujas relações conhece, na realidade escolhe ao mesmo tempo certos Coronéis e Capitães, que bem sabe que o General vai recomendar.⁵

⁵ A correspondência entre Leibniz e Arnauld, p. 77.

Portanto, quando Deus escolhe, Ele escolhe o melhor no *geral*.⁶ Agora o problema está completo, pois temos uma substância que possui tudo dentro da sua noção e que é passível de conhecimento *a priori*. Isso ainda daria espaço à liberdade? Segundo Leibniz: “Sim”

II

Quando Leibniz discute com Arnauld, ele ressalta que devemos refletir de maneira diferente quando nos referimos a uma *substância individual* e quando nos referimos sobre a *noção específica* da esfera. Isso é o que diferencia uma substância completa (e talvez eleita à existência) e uma simples espécie. Para esboçar uma resolução para o problema da liberdade, em primeiro lugar devemos fazer uma diferenciação do que faz parte da essência de uma substância e o que se relaciona à (possível) existência desta, ou à sua unidade. Existem essas duas formas de *esferas*, uma é aquela essencial, formada apenas por verdades de razão ou necessárias. Já a segunda, além das verdades eternas, possui também os seus predicados específicos; nesse caso, a esfera de Arquimedes possui também as verdades de existência, atributos estes que não são estritamente essenciais. Podemos considerar, por enquanto, que esses predicados presentes nas noções de ambas as esferas se encaixam naqueles dois tipos de verdade. No caso da primeira (a essencial), ela possui as verdades que seguem o princípio de *não contradição*, e os predicados da segunda (a esfera do túmulo de Arquimedes, por exemplo) ela também possui aqueles predicados cuja resolução envolve o *infinito*. No entanto, devemos notar que as verdades contingentes tiveram certa alteração, ou melhor, tiveram um acréscimo de uma nova perspectiva ao seu conceito por meio dos passos que demos nessa aventuras pelos textos leibnizianos.

⁶ Aqui entramos efetivamente no território da criação que envolve a questão da *escolha entre o melhor dos mundos possíveis, o critério divino de escolha* etc.; coisas que são inviáveis de detalhamentos nesse pequeno trabalho e que nos força a pressupor um conhecimento prévio do leitor.



É preciso que haja a contingência,⁸ pois sem alternativas haveria apenas a necessidade bruta. Se existe apenas um caminho para a criação, será muito difícil sustentá-la como livre. Mas, até aqui ainda há liberdade apenas para Deus.

Mas ao criar o mundo, Deus o faz existir com todas as leis que pertence àquele. Essa Razão que banha o mundo criado – sem que nos esqueçamos do compromisso moral de Deus com o *melhor* – será representada pelas mônadas que compõe esse lugar. As infinitas substâncias são as várias perspectivas desse mundo, i.é., cada uma das suas noções completas representam um ponto de vista desse universo que, como já dissemos, surge no *atacado*. Se Adão é criado, isso acontece porque ele pertence ao mundo que Deus considera o melhor, e ao criá-lo, “o primeiro homem” surge porque ele representa um dos pontos de vista daquele mesmo lugar que ele pertence.

No entanto, o nosso conhecimento é passível de perfeição somente nas coisas ligadas exclusivamente à razão divina (verdades necessárias). Já com relação às coisas que envolvem a vontade divina (verdades contingentes), estamos praticamente presos a um conhecimento limitado, isso pelos motivos que já vimos várias vezes. “Ter tantos filhos” é um desses predicados que apenas Deus conhece perfeitamente na noção de Adão. Esse atributo jamais poderá ser considerado necessário, pelo menos metafisicamente, pois se há necessidade, Leibniz sustenta que ela pode ser apenas caracterizada como *hipotética*.

Porém, por que o autor insere este novo elemento? Porque “Adão” para ser o *nosso Adão criado* precisa ter esse predicado, mesmo que não seja uma necessidade metafísica, visto que “ter tantos filhos” é um predicado que o credencia a existir, apesar da carência de necessidade e, por assim dizer, de essencialidade. A noção desse mundo,

⁸ Mesmo que essa seja a idéia central, não falamos senão de uma contingência num sentido geral, pois um tratamento adequado da mesma exige que invoquemos vários outros elementos da filosofia leibniziana.

existente e que é o melhor, exige que o nosso Adão apareça com todos os predicados presentes na sua noção completa, sejam *essenciais* sejam *existenciais*. Em suas observações à crítica de Arnauld, o nosso autor diz o seguinte:

.. imagino que o Sr. Arnauld só sentiu repugnância diante daquela proposição (*a proposição “ter tantos filhos” inscrita no sujeito “Adão”*), porque compreendeu a ligação acima como intrínseca e necessária ao mesmo tempo. Para mim é intrínseca, mas de modo algum necessária. Já expliquei suficientemente, que se funda sobre decretos livres e atos livres. Não entendo nenhuma outra conexão do sujeito com o predicado, a não ser a encontrada nas verdades mais contingentes, quer dizer, que sempre há alguma coisa a ser concebida no sujeito, que sirva para dar a razão porque um certo predicado ou evento lhe pertence, ou porque isto e não aquilo aconteceu. Mas as razões das verdades contingentes *inclinam* sem necessitar. Portanto é verdadeiro que eu poderia não fazer aquela viagem, mas é certo que a farei.⁹

III

Parece que Leibniz caminhava bem para a resolução do problema da pré-determinação acrescentada de liberdade, que por um acaso era similar àquela resolução vista anteriormente, ou seja, a *não essencialidade* de alguns predicados poderia equivaler à *indeterminação* dos fatos. Mas com a necessidade *ex hypothesi*, essa questão aparenta não ter das melhores respostas. Todavia o filósofo alemão pode usar do argumento do *milagre constante* que caracteriza a mente humana, pois não há nem pelo menos *leis subalternas* que caracterizem as deliberações do homem, pois este trás algo de divino nas suas ações.

Após esboçarmos algumas das teses leibnizianas, podemos concluir que a liberdade humana parece não ter um final totalmente feliz. Com a “falta” de *leis subalternas* (ou poderíamos chamar de leis físi-

⁹ Idem, p. 111. (Grifos nossos).

cas) que determinem as orientações humanas, pois a mente humana está em um constante milagre, talvez a liberdade ganhe a sua legítima existência. Por outro lado, quando Leibniz insiste em sustentar que “a noção individual de Adão encerra tudo que lhe acontecerá em qualquer tempo, não quero dizer senão aquilo que todos os filósofos entendem ao dizer ‘*praedicatum inesse subjecto verae propositionis*’” e ainda acrescentando a isso a idéia de necessidade *ex hypothesi*, a liberdade parece se ver em apuros. Com esses dois campos de idéias, podemos perceber que a liberdade tem direito de cidadania de *fato*, mas não, *completamente de direito*. O sujeito na suas deliberações, que são indemonstráveis, está à mercê da sua espontaneidade, mas podemos desconfiar da pureza das suas decisões. Portanto, se dissermos que fulano “é” absolutamente livre, as aspas fazem-se logo necessárias. Mas talvez uma coisa ainda fique por resolver, pois Leibniz talvez não esteja pedindo para entendermos a liberdade de uma forma diferente? A resolução disso põe em jogo outros problemas como o *a espontaneidade*, *a inteligência*, *o pecado*, *a graça*, etc. Porém, isto fica para uma outra oportunidade.

Bibliografia (Textos De Leibniz):

Leibniz. Col. “Os Pensadores” São Paulo: Abril Cultural, 1979.

Discours de métaphysique et correspondance avec Arnauld: Introduction, texte et commentaire par Le Roy. Paris: Vrin, 1993.

A correspondência entre Leibniz e Arnauld. Seleção das cartas, tradução e introdução de, Gustavo M. Ayrosa, Dissertação de Mestrado, USP, 1993.

Essais de théodicée. Paris: Garnier-Flammarion, 1969.

De la liberté. In: *Oeuvres de G. W. Leibniz.* Paris: Aubier Montaigne, 1972.

Verdades necesarias y contingentes. In: OLASO, Ezequiel (Ed.). *Escritos filosoficos.* Buenos Aires: Charcas.